Globethics Repository



A construção de liberdades e capacidades na interação linguística [The construction of freedoms and capabilities in linguistic interaction]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Chaves, Leslie
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-15 04:06:45
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158268

A construção de liberdades e capacidades na interação linguística

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva aposta na promoção de um letramento que se fundamenta em uma lógica mais aberta de relação entre os sujeitos e a aquisição de linguagem

Por Leslie Chaves e Ricardo Machado

Pensar o letramento para além das formalidades acadêmicas e sociais permite que se desenvolvam outras capacidades e liberdades humanas, o que, nos termos do economista ganhador do prêmio Nobel Amartya Sen, chama-se "capabilidade". Apropriado para pensar as manifestações linguísticas no mundo do trabalho, o conceito ajuda a pensar o letramento desde uma perspectiva mais aberta. "Do ponto de vista da linguagem, a promoção do desenvolvimento de diferentes formas de 'letramento', que permitem aumentar as 'capabilidades' do indivíduo, vem ampliar as proposições de Amartya Sen", argumenta Maria Cecília Pérez de Souza e Silva, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

"Sabe-se que não há iletrados definitivos, mas pessoas que podem sair dessa situação de diferentes maneiras, independentemente de sua idade, em função de suas atitudes, sua situação, da formação que lhes é proposta, da maneira pela qual o meio reconhece e valoriza a aquisição de suas novas competências", avalia a entrevistada. Ao fazer as aproximações com o mundo do trabalho, a pesquisadora alerta que há, antes do discurso, um interdiscurso no espaço de sua manifestação e isso implica em agenciamentos de sentidos.

"A comunidade discursiva, aqui entendida como comunidade profissional, é entendida, assim, como a comunidade daqueles que produzem, que fazem com que o discurso circule, que se reúnem em seu nome e nele se reconhecem. Não há, portanto, relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o funcionamento de seu discurso, sendo preciso pensar desde o início nessa imbricação", pontua.

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva graduou-se em Letras Neolatinas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, onde também realizou mestrado e doutorado. Atualmente é professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL na PUC-SP. É editora, no Brasil, da revista interdisciplinar franco-lusófona *Ergologia* e membro do Conselho Técnico-Científico da Escola Dieese de Ciências do Trabalho e do Comitê Editorial área de Linguagem da Cortez Editora.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Do que se trata a concepção enunciativa-discursiva da linguagem e a abordagem ergológica do trabalho? Como essas perspectivas se relacionam?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – Quando falo na concepção enunciativo-discursiva da linguagem, estou me referindo a alguns dos aportes teórico-metodológicos desenvolvidos por Dominique Maingueneau[1] no âmbito da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso. A especificidade e originalidade de suas obras decorrem fundamentalmente de dois princípios:

1 **Dominique Maingueneau** (1950): é um linguista e professor da Universidade de Paris IV Paris-Sorbonne, onde exerce a função de pesquisador no Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communications (CÉDITÉC). Também é membro do Institut Universitaire de France. Sua pesquisa, iniciada nos anos 1970, concentra-se na Linguística e Análise do discurso franceses. (Nota da **IHU On-Line**)

a implementação da ideia de que o interdiscurso precede o discurso e o tratamento do discurso a partir de um sistema de restrições/coerções globais. Tomar como pressuposto o princípio do primado do interdiscurso, isto é, a precedência do interdiscurso sobre o discurso, significa postular que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas o espaço de trocas entre dois ou mais discursos. Não se trata de considerar cada discurso como uma identidade fechada, nem de levar em conta o fato de haver dois ou mais discursos em contato, ou de um enunciado ter mais de um sentido ou, ainda, a presença de várias vozes, trata-se de olhar para o espaço discursivo. Esses dois princípios funcionam como um filtro que abrange os vários planos do discurso: a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a dêixis enunciativa e o modo de enunciação.

As falas na/sobre as atividades de trabalho e os textos sobre/no trabalho são o lugar onde se autolegitima a comunidade que produz tais textos, os discursos que circulam no cotidiano de trabalho, as falas, as normas, as renormalizações. A comunidade discursiva, aqui entendida como comunidade profissional, é entendida, assim, como a comunidade daqueles que produzem, que fazem com que o discurso circule, que se reúnem em seu nome e nele se reconhecem. Não há, portanto, relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o funcionamento de seu discurso, sendo preciso pensar desde o início nessa imbricação.

Novas contribuições

Entre as novas contribuições trazidas por Maingueneau, vou recuperar uma delas, a oposição entre dois regimes enunciativos: enunciação textualizante e enunciação aforizante. Sem deixar de lado os fenômenos clássicos de citação, o autor tem se dedicado aos enunciados destacados, autônomos, isto é, citações que circulam fora de seu contexto original e são muito comuns na mídia contemporânea. Aqui estão presentes dois fenômenos: a sobreasseveração e a aforização. A primeira é entendida como o ato de realçar um segmento, de abrir a possibilidade de uma sequência a ser extraída/destacada do interior de um texto, desde que uma ou mais condições sejam preenchidas: enunciados curtos, constituídos o mais frequentemente de uma só frase; posicionados, em geral, no início ou no fim de um texto; com valor generalizante e organização interna forte etc. Enquanto a sobreasseveração implica a possibilidade de destacamento, a aforização resulta de uma operação de destacamento, materializa-se no próprio enunciado destacado, acarretando maior ou menor alteração do original, desde pequenas supressões do enunciado até mudanças de locutor. Esses dois tipos de enunciação obedecem a dois regimes de naturezas distintas, um regime textualizante, que se materializa no encadeamento de enunciados no interior do quadro mais geral dos múltiplos gêneros de discurso, e um regime aforizante que escapa ao regime usual da oposição entre frase e texto. A frase é constituinte de um texto, a aforização escapa à textualidade.

A descontextualização das aforizações é acompanhada, portanto, por uma opacificação de sentido e, consequentemente, pela exigência de um trabalho interpretativo por parte do leitor/coenunciador. A problemática das aforizações, das chamadas *Frases sem texto,* título de livro publicado aqui em 2014, coloca várias questões: dizer "uma frase" é a mesma coisa quando ela faz parte de um texto ou quando ela é destacada? Quem fala neste caso? E a quem? Como se constrói a interpretação de frases que não são consideradas na continuidade de um texto? A mídia contemporânea é grande consumidora das chamadas frases sem texto, as quais, por serem interpretadas em um momento e espaço público dados, ajudam a construir questões políticas e sociais. Daí a importância de interpretá-las, particularmente quando a temática está relacionada a trabalho. Traçar a trajetória das "frases sem texto" no interior do interdiscurso permite trazer à tona retomadas que perpassam uma série de textos, permite depreender efeitos de sentido nos discursos que tais frases fazem circular, cristalizando determinados posicionamentos em detrimento de outros.

Abordagem Ergológica

Passo agora à abordagem ergológica, desenvolvida por pesquisadores que integram, atualmente, a Sociedade Internacional de Ergologia – SIE, uma equipe pluridisciplinar liderada pelo filósofo Yves Schwartz.[2] A Ergologia não é uma disciplina que vem se justapor às demais; ela não é nem a ciência do trabalho, nem as ciências das atividades humanas, que teria por ambição "dizer a verdade" no lugar, por exemplo, da Medicina, da Sociologia, da Economia, das Ciências da Linguagem, da Educação ou do Trabalho Social. Essencialmente, a abordagem ergológica propõe dois princípios inseparáveis: (I) a formalização de um modo de produção de conhecimento das atividades humanas, notadamente do trabalho, e (II) o reconhecimento de que este modo de produção de conhecimentos é transformador de situações concretas.

O modo de produção do conhecimento proposto pela Ergologia baseia-se sobre o diálogo e/ou a confrontação entre os saberes elaborados pelas disciplinas acadêmicas, também designados "saberes instituídos", e os saberes construídos pelos diversos protagonistas no cotidiano de suas atividades de trabalho, os "saberes investidos". Da confrontação desses saberes decorre seu caráter pluridisciplinar. Não se trata de negar, recusar, rejeitar

2 **Yves Schwartz:** é ex-aluno da École Normale Supérieure, Professor da Filosofia na Universidade de Provence, membro do Instituto Universitário da França, publicou inúmeros artigos e livros, entre eles Travail et Philosophie: convocations mutuelles (Toulouse, Octarès Éditions, 1994) e Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe (Toulouse: Octarès Éditions, 2000). (Nota da **IHU On-Line**)

os conhecimentos das disciplinas acadêmicas, mas de colocá-las em debate com aquilo que podem dizer os protagonistas sobre a maneira pela qual eles exercem sua atividade. Tal tipo de pluridisciplinaridade se constrói pela aceitação de que os conhecimentos de uma disciplina podem ser perturbados por saberes que não fazem parte dessa disciplina. É, em substância, aquilo que Georges Canguilhem[3] denominou "as matérias estrangeiras". Pode-se dizer, portanto, que a abordagem ergológica é um dos modos de reflexão referentes à produção de conhecimentos sobre todas as atividades humanas socializadas. Ela é, então, suscetível de abranger todas as disciplinas acadêmicas que a tomam por objeto, considerando dois princípios fundadores que permitem estudá-las do "ponto de vista da atividade": (I) a atividade é sempre o lugar de um "debate de normas" e nesse debate de normas, na "renormalização das normas antecedentes", saberes são produzidos sobre a própria atividade, isto é, os "saberes investidos", baseados na experiência e postos em diálogo com os "saberes instituídos", aqueles provenientes das normas; (II) esses saberes investidos na atividade só podem ser verbalizados pelos próprios protagonistas.

O segundo princípio implica a dimensão transformadora da abordagem ergológica. Para explicitá-la retomo a afirmação de Louis Durrive: atrás do 'trabalhador conforme', isto é, conforme aquilo que é prescrito, há sempre 'trabalhar de outro modo', mesmo se esse trabalhar é mascarado, apagado pelo resultado do trabalho. É no "trabalhar de outro modo" que residem as "reservas de alternativas", as fontes de transformações, que estão na própria atividade. Mas elas são mascaradas e opacificadas, o que nos impede de compreender o que é exatamente a atividade de trabalho.

IHU On-Line – A interface trabalho e linguagem tem sido um dos temas de interesse da área da linguística aplicada. Quais são os principais eixos de estudos sobre o assunto?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – Tal interface é recente e ainda causa algum estranhamento. É comum ouvirmos a seguinte questão: qual a relevância de se convocar a Linguística Aplicada a pensar o trabalho se existem disciplinas como a Psicologia, a Sociologia, a Economia, entre outras, que, ao longo da história, têm escolhido esse tema como objeto de investigação? Quando, na história dos estudos da linguagem, encontramos pesquisadores interessados no trabalho? Podemos citar como exemplo os etnolinguistas – que descreveram algumas práticas ligadas a diferentes ofícios, como a colheita com o objetivo de compreender globalmente os homens, as línguas e suas práticas culturais –, mas só mais recentemente começa a se constituir, em nossa área, um corpo de conhecimento sobre o assunto, que vem assinalar a contemporaneidade das relações linguagem/trabalho.

Vou restringir-me aos estudos desenvolvidos na França, que conheço mais de perto. Desde a década de oitenta, duas equipes interdisciplinares têm se debruçado sobre o assunto: *Langage et Travail* e *Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail*. A primeira surgiu da reunião de um grupo de pesquisadores de diferentes universidades e diferentes áreas, sociólogos, linguistas e cientistas das organizações, interessados pelas relações entre as ciências sociais do trabalho e as ciências da linguagem. O segundo foi formado por uma equipe universitária, na Université de Provence/Aix-Marseille que, ao se ver confrontada com os paradoxos do trabalho, criou um novo regime de produção de saberes, associando trabalhadores de diversos setores e pesquisadores de diferentes disciplinas. Essa experiência deu início a Diplomas Universitários (DU), a cursos de Especialização (DESS) e ao Mestrado (DEA) em Ergologia.

Na esteira desses grupos, na década de noventa, investigações começaram a se delinear no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro – PUC-Rio e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, formalizadas por meio de acordo bilateral (Capes-Cofecub) entre, de um lado, essas três universidades e, do lado francês, a Université de Provence e a de Rouen. Tal convenção foi coordenada conjuntamente por mim e por Daniel Faita. Surgiu, nessa época, nosso grupo de pesquisa, Atelier Linguagem e Trabalho, há algum tempo credenciado pelo CNPq, que deu origem ao GT (ANPOLL) Linguagem, Enunciação e Trabalho. Enquanto as pesquisas na França estão direcionadas para o estudo das práticas linguageiras em situação de trabalho *stricto sensu*, aquelas desenvolvidas por nosso grupo levam em conta também os discursos sobre o trabalho. Estão aí delineados dois eixos de pesquisa.

IHU On-Line – A linguagem pode se transformar em um dispositivo de poder no mundo do trabalho? De que forma?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – Responder a essa questão implica reflexões acerca da circulação das normas em uma empresa/instituição, motivo pelo qual recupero pontos importantes do *Manifesto por um ergoengajamento*. Sabe-se que as normas decorrem de um patrimônio universal da humanidade e de capitalizações da experiência histórica humana: constituições, leis, regulamentos que progressivamente construíram as sociedades de direito. Sabe-se

3 **Georges Canguilhem** (1904-1995): filósofo e médico francês. Especialista em epistemologia e história da ciência, publicou obras importantes sobre a constituição da biologia como ciência, sobre medicina, psicologia, ideologias científicas e ética, notadamente *Le normal et le pathologique* e *La connaissance de la vie*. Discípulo de Gaston Bachelard, inscreve-se na tradição da epistemologia histórica francesa e terá uma notável influência sobre Michel Foucault. Sua tese principal é de que a vida não pode ser deduzida a partir de leis físico-químicas, ou seja, é preciso partir do próprio ser vivo para compreender a vida. Assim, o objeto de estudo da biologia é irredutível à análise e a decomposição lógico-matemática. (Nota da **IHU On-Line**)

também que, com a evolução das civilizações, a codificação das normas ganha cada vez mais terreno. Em situação de trabalho, tais normas antecedentes, designação dada por Schwartz, enquadram, antecipam, predeterminam as atividades a serem realizadas e apresentam-se como uma combinação de conquistas porque tendem a unificar os coletivos de trabalho, a tornar possível a vida em conjunto. Mas as normas podem ser opressoras – e aqui respondo sua pergunta – quando funcionam como ferramentas para a construção de relações de força a fim de garantir poder, dominação, vantagens adquiridas, funcionando, muitas vezes, como instrumentos de exploração industrial, jurídica, econômica. Comportam também um grande risco, se consideradas como um fim em si, como um poder de antecipação absoluto, como uma tentativa de simplificar a atividade humana, ou seja, de prepará-la de tal forma pelos outros de modo que os trabalhadores, aqueles que deveriam executá-la, não teriam de pensar.

Há alguns anos realizamos pesquisa em uma multinacional, que abriu a oportunidade para que pudéssemos analisar a linguagem em três diferentes situações e com diferentes grupos de interlocutores. Pudemos, então, depreender o encontro entre normas, renormalizações e debate de valores, um dos modos ao qual Schwartz recorre para explicitar sua concepção de atividade de trabalho. Viver em saúde pressupõe que o trabalhador nunca se torne puro instrumento de injunções, de trajetórias previamente pensadas pelo meio, previamente pensadas por outros. Pressupõe renormalizar, receber as normas a sua maneira, ter um ponto de vista sobre elas. A compreensão das normas e renormalizações passa pela linguagem.

IHU On-Line – Que contribuições as pesquisas sobre linguagem e trabalho, dentro da perspectiva enunciativo-discursiva e ergológica, podem trazer para o desenvolvimento das relações laborais?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – As contribuições segundo as perspectivas mencionadas se dão a ver também por meio dos procedimentos metodológicos, entre eles, o da autoconfrontação, que coloca vários discursos em circulação e permite depreender as normas e renormalizações que caracterizam diferentes atividades de trabalho, entre elas, a de um estagiário técnico do ensino médio e de outros dois atores sociais nela envolvidos, supervisor e orientador de estágio. Trata-se de investigação desenvolvida por pesquisador de nosso grupo, Fábio Fonseca, que busca depreender e analisar os diferentes discursos em circulação (I) o das normas/prescrições referentes à atividade de estágio, em nível federal e institucional; (II) o do manual de rotinas; (III) a entrevista com a estagiária; (IV) os discursos resultantes da observação da atividade da qual participaram estagiária e supervisor; (V) entrevista envolvendo estagiária/supervisor/orientador de estágio; (VI) enfim, a autoconfrontação simples com a estagiária. Procedimento esse que tem como princípio fazer da atividade passada do trabalhador – registrada e editada em vídeo – o objeto especial de sua atividade presente, isto é, organizar o diálogo entre discursos e atividades pertencentes a esferas disjuntas, tendo em vista a construção conjunta – trabalhador/pesquisador – de conhecimento sobre a atividade desenvolvida, fator de desenvolvimento para ambos.

Estamos, então, diante de uma das proposições da Ergologia: a distância entre as normas, as prescrições e a atividade realizada é universal e se explica em decorrência da variabilidade das situações. Embora universal, é impossível prevê-la porque é sempre parcialmente ressingularizada. Conhecê-la, ao menos em parte, implica ir a campo e estar atento aos vários discursos que circulam em cada situação, com ênfase na verbalização do trabalhador. Esse é um dos ganhos de nossas pesquisas.

IHU – Do que se trata o conceito de "capabilidade"? Como esse conceito se articula com a linguagem e que papel desempenha nas análises sobre desenvolvimento? Que papel tem a linguagem na ampliação das "capabilidades" dos indivíduos?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – Falar em "capabilidade" implica retomar Amartya Sen,[4] Prêmio Nobel de economia (1998), segundo o qual a riqueza medida pelo Produto Interno Bruto – PIB não representa uma referência satisfatória para avaliar o desenvolvimento humano. O economista desloca o espaço de análise para aquilo que ele chama de "capabilidades" (noção central em sua obra – uma fusão de capacidade e liberdade) dos indivíduos, isto é, as possibilidades, liberdades, de fazer escolhas sociais. Os bens econômicos passam a ter outra significação, a atenção se direciona para as liberdades que surgem dos bens e não para os bens propriamente ditos. Longe de ser uma simples questão de renda, a desigualdade, que pode ser muito grande, mesmo no interior de países ricos, deve ser medida de modo estendido em termos da privação de "capabilidades". A medida do PIB por habitante em paridade com o poder de compra não é mais considerada como suficiente para analisar as desigualdades. Agregam-se outros dados fundamentais – a esperança de vida ao nascer, as taxas de alfabetização de adultos – combinadas às taxas de escolarização. Obtém-se então o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, julgado mais pertinente que a simples medida da renda, desenvolvimento este que traduz um processo de ampliação das escolhas.

4 **Amartya Sen** (1933): Economista indiano autor do livro *Desenvolvimento com liberdade* (São Paulo: Cia das Letras, 2000). Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen "por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais". Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das Ciências Econômicas, pelas suas contribuições ao *Welfare Economics*. Confira a entrevista *Amartya Sen e uma nova ética para a economia* publicada na edição 175 da IHU On-Line, de 10-04-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

Desenvolvimento

Essas capabilidades, diz Amartya Sen, podem ser aumentadas pelas políticas públicas, mas, por outro lado, as capabilidades participativas do povo também podem influenciar o direcionamento a ser dado pelas políticas públicas. A avaliação do desenvolvimento de uma sociedade deve levar em conta, primordialmente, as liberdades das quais seus membros desfrutam.

Do ponto de vista da linguagem, a promoção do desenvolvimento de diferentes formas de "letramento", que permitem aumentar as "capabilidades" do indivíduo, vem ampliar as proposições de Amartya Sen. Sabe-se que não há iletrados definitivos, mas pessoas que podem sair dessa situação de diferentes maneiras, independentemente de sua idade, em função de suas atitudes, sua situação, da formação que lhes é proposta, da maneira pela qual o meio reconhece e valoriza a aquisição de suas novas competências.

Sabemos, ainda, segundo as palavras dos pesquisadores ligados à Ergologia, que "não se pode (...) tratar dos problemas de desenvolvimento sem prestar atenção renovada à atividade de trabalho. A Ergologia se propõe a dar maior visibilidade àquilo que se realiza nessa atividade, o que exige que o desenvolvimento incorpore a cultura produzida pelo coletivo humano, de tal maneira que essa produção possa ser reconhecida como parte das normas organizadoras do processo de desenvolvimento previsto pelas políticas locais e globais. Integrar as renormalizações no trabalho como parte do acervo cultural de um grupo constitui, igualmente, uma das formas de aumentar as "capabilidades" do homem no mundo e, portanto, de promover o desenvolvimento. Assim, a concepção de desenvolvimento como liberdade, que consiste em reforçar ou aumentar as capacidades dos indivíduos de uma sociedade, tal como formulada por Amartya Sen, é compatível com os esforços dos estudos ergológicos e da linguagem em trazer à tona o que efetivamente se concretiza na atividade de trabalho. Pensar em "capabilidade", isto é, no binômio liberdades/capacidades, implica a relação linguagem/ergologia. Esta relação não dissocia as capacidades de seu contexto sócio-histórico: ao contrário, preocupa-se em ancorá-las fortemente nas microdecisões que intervêm nas situações mais gerais.

IHU On-Line – Tendo em vista a importância do domínio da leitura nas relações laborais, seria possível incorporar no treinamento de colaboradores essa questão especificamente direcionada para o trabalho? Isso seria benéfico? De que forma poderia ser operacionalizado?

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva – Vou passar mais rapidamente por essas duas questões que retomam, em parte, o que já foi falado. Diante da proposta de avaliar "capacidades" que significam liberdade, e, portanto, têm impacto no desenvolvimento, o letramento discursivo possibilita liberdade de decisão e de participação na vida em sociedade. A privação, ainda que relativa, de conhecimento da linguagem pode resultar em privação de desenvolvimento de "capacidades". Não pressupomos, à semelhança de outros autores, efeitos universais do letramento, mas desdobramentos ligados às práticas sociais e culturais dos diferentes grupos que utilizam a escrita, em nosso caso, nas atividades de trabalho. Aumentar a capacidade de letramento do trabalhador melhora sua autoestima, reforça a referência com o grupo ao qual pertence, e reflete-se nas escolhas efetuadas pelo grupo.

Polissemia

Para aprofundar a questão do letramento e avançar outras etapas, propomos a modalidade que estamos designando como "letramento discursivo", isto é, aquele que se baseia nos pressupostos da análise do discurso, segundo os quais, retomo aqui Possenti,[5] a língua é polissêmica e opaca, o sujeito diz sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente) e as condições de produção carregam ingredientes contraditórios. Além disso, a análise do discurso propõe que a língua tem uma ordem própria, ordem essa que é posta a funcionar segundo o processo discursivo delimitado por certa conjuntura. Portanto, o sentido não é da ordem da língua, antes decorre dos posicionamentos discursivos que por sua vez são de ordem sócio-histórica. Assim, embora a língua seja a mesma para diversos enunciadores, o sentido do que dizem pode não sê-lo porque isso decorre de fatores que não são da ordem da língua, portanto o mesmo enunciado pode ter sentidos diferentes se pertencerem a posicionamentos discursivos diferentes.

Entra aqui a problemática das "frases sem texto", que circulam na grande mídia. E por que não discuti-las com grupos de trabalhadores? Aparentemente, tais frases só resumem os acontecimentos do dia e da semana, estampados nas principais páginas dos jornais, revistas. Mostrar que tais frases resultam de outros discursos, demarcam posicionamentos, supõe tratá-las discursivamente.

Finalmente, sua última questão me faz pensar na possibilidade de propor oficinas de leitura para trabalhadores. Tenho experiência em ensino de línguas para fins específicos: dei aula, coordenei e ainda coordeno cursos de leitura e produção de textos acadêmicos. Também já o fiz, há alguns anos, para empresas. Poderia aproveitar essa experiência e pensar em leitura e produção direcionada para o trabalho. É uma forma de operacionalizar o letramento discursivo para fins laborais. ■

5 **Sirio Possenti**: Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fez mestrado e doutorado em Lingüística na Universidade Estadual de Campinas. Atua em diversas áreas da Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, principalmente na sub-área da Análise do Discurso, em especial nos campos do humor e da mídia. (Nota da **IHU On-Line**)